

Empregados da Ebserh reivindicam medidas urgentes de segurança

Com a pandemia de Covid-19, os empregados públicos da Ebserh, que constituem a base de trabalhadores representados pela Condsef/Fenadsef, estão correndo risco de infecção e de propagação do novo coronavírus por estarem na linha de frente do combate à pandemia. Na semana passada, só o Hospital Júlio Müller, de Cuiabá, teve oito trabalhadores com resultado positivo para a doença. Diante da circunstância preocupante que ainda se alastra pelo Brasil, a Confederação encaminhou ofício ao Diretor de Gestão de Pessoas da empresa, Rodrigo Augusto Barbosa, com reivindicações que exigem atendimento urgente para segurança dos trabalhadores e da população em geral.

Os empregados pedem à gestão da Ebserh que a empresa garanta **vagas em hotéis nos estados**, no sentido de acolher os trabalhadores que estão atuando diretamente no combate a Covid-19, evitando situações de risco para seus familiares e para a população. Levantamento divulgado pela Internacional dos Serviços Públicos (ISP) mostrou que 20% das pessoas que participaram da enquete sobre segurança no trabalho são usuárias de transporte público e podem contaminar mais pessoas.

A participação dos empregados nos comitês de cri-



se que foram instituídos pela empresa é uma das reivindicações centrais dos trabalhadores neste momento, que têm competência e experiência para contribuir neste momento da melhor forma possível. A exclusão do corpo técnico da Ebserh desses grupos de decisão tem sido duramente criticada pelos empregados e pela Confederação há exatamente um mês, quando houve apresentação da primeira reivindicação dos trabalhadores à empresa neste momento de pandemia.

O documento encaminhado nesta quarta-feira, 22, também solicita que a sede da Ebserh encaminhe para todas as superintendências esclarecimentos a respeito do pagamento parcial do **adicional de insalubridade**. O **aprimoramento da comunicação** entre empresa e enti-

dades sindicais também é reivindicação dos trabalhadores, que propõem uso da Rede Universitária de Telemedicina (Rute) como solução.

Por último, mas não menos importante, a Confederação solicita reunião por videoconferência ainda no mês de abril para que as tratativas do **ACT 2020-2021** possam ter continuidade. Segundo o Secretário-geral da Condsef/Fenadsef, é necessário agilidade nessa negociação porque o **último acordo foi exaustivo**. "O processo do último ACT foi traumático, passamos mais de ano discutindo e tivemos desfecho judicial, resolvido recentemente com homologação de dissídio pelo TST. Queremos um acordo sem ter que recorrer ao balcão da Justiça", finalizou o Secretário-geral.

Condsef/Fenadsef

Coronavírus é uma família de vírus que causa infecção respiratória.

FIQUE ATENTO AOS SEGUINTE SINTOMAS:

-  Febre e dores de cabeça
-  Dificuldade para respirar
-  Tosse e irritação na garganta

SINDSEP
RADIO WEB

Você **24 horas** antenado no que acontece no mundo!

Nossas notícias, convocações, avisos, campanhas e muito mais escutando suas músicas preferidas.

BAIXE NOSSO APP no 



Governo Bolsonaro e patrões se unem para retirar mais direitos dos trabalhadores

Escrito por: Rosely Rocha

O governo de Jair Bolsonaro e parte do empresariado não desistiram de retirar mais direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras, mesmo após o Congresso Nacional não ter votado a Medida Provisória (MP) nº 905, da **Carteira Verde e Amarela**, que, sob o pretexto de estimular a criação de vagas para os jovens e maiores de 55 anos, retirava direitos e garantias trabalhistas, além de dar várias regalias aos patrões que adotassem o contrato verde e amarelo.

As cartas do governo começam a ser mostradas. Deixando de lado o hipócrita discurso crítico à velha política e negociando com os partidos conservadores que sempre trocaram cargos por votos, o ministro da Casa Civil, General Braga Netto, já marcou várias reuniões de parlamentares com Bolsonaro. O tudo ou nada da vez é pela aprovação das reformas que o Bolsonaro quer fazer, a maioria beneficiando patrões e prejudicando a classe trabalhadora, afirma o secretário de Assuntos Jurídicos da CUT, Valeir Ertle.

“A Casa Civil vem sendo comandada por um general muito esperto, candidato a Golbery de Couto e Silva, que está articulando muito bem os interesses do governo junto aos congressistas conservadores, tentando neutralizar as maluquices de Bolsonaro para dar continuidade às reformas”, afirma Valeir.

O general Golbery, que criou o Serviço Nacional de In-

formações (SNI), foi ministro dos governos ditadores de Ernesto Geisel e João Figueiredo.

A tática do governo e dos patrões

Apesar da Medida Provisória (MP) 905 não ter sido votada, há uma controvérsia jurídica em relação à possibilidade dela ser reeditada. O Supremo Tribunal Federal (STF) deu parecer no qual diz que uma MP, se rejeitada, não pode ser apresentada no mesmo ano. Mas a MP foi editada em novembro de 2019 e retirada em 2020.

“A questão é saber se a proibição de reedição vale para o ano em que foi editada, rejeitada ou retirada. Se prevalecer o entendimento deste último caso, o governo não poderá reeditar a MP 905. Caso o entendimento seja a primeira opção, Bolsonaro pode tentar mais uma vez implementar o programa verde e amarelo”, explica o analista do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), André Santos.

E mesmo que a MP nº 905 não seja reeditada há ainda outras opções para o governo retirar direitos trabalhistas. Basta entender como Jair Bolsonaro e o ministro da Economia, o banqueiro Paulo Guedes agem.

“Ao verificarmos os conteúdos das MPs nºs 922, 927, 936 e 944, que ainda estão em tramitação, vemos que todas são prejudiciais aos trabalhadores e, pior, como ainda não foram votadas, os seus relatores, tanto na Câmara como no Senado, podem acrescen-

tar nesses textos medidas ainda mais duras de retirada de direitos”, diz André Santos.

O governo conta, ainda, segundo o assessor do DIAP, com o apoio de parte do empresariado que quer garantir que as medidas econômicas tomadas durante a pandemia do coronavírus (Covid-19), como a suspensão de contratos de trabalho, o parcelamento do 13º salário e o acordo individual se sobrepor ao coletivo, entre outras, se tornem permanentes.

“Guedes pode elaborar uma nova MP com características semelhantes ao da nº 905, e afirmar que ela valerá somente durante a pandemia. Mas, dependendo da relação do governo com o relator da medida, o Congresso pode torná-la permanente”, acredita Santos.

Outra opção de Bolsonaro, diz, é o governo enviar um Projeto de Lei (PL) com urgência constitucional, o que trancaria a pauta do Congresso Nacional por 45 dias, até ele ser votado.

A última opção é incluir parte do texto da MP da Carteira Verde e Amarela nos textos das MPs que estão em tramitação.

“O relator pode assimilar parte da 905 porque já tem textos semelhantes as questões do contrato verde e amarelo nas MPs que também tratam de reformas trabalhistas”, diz André.

Matéria completa em
www.cut.org.br/noticias